



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

OE 2023

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE JULHO

Agosto 2023

ÍNDICE

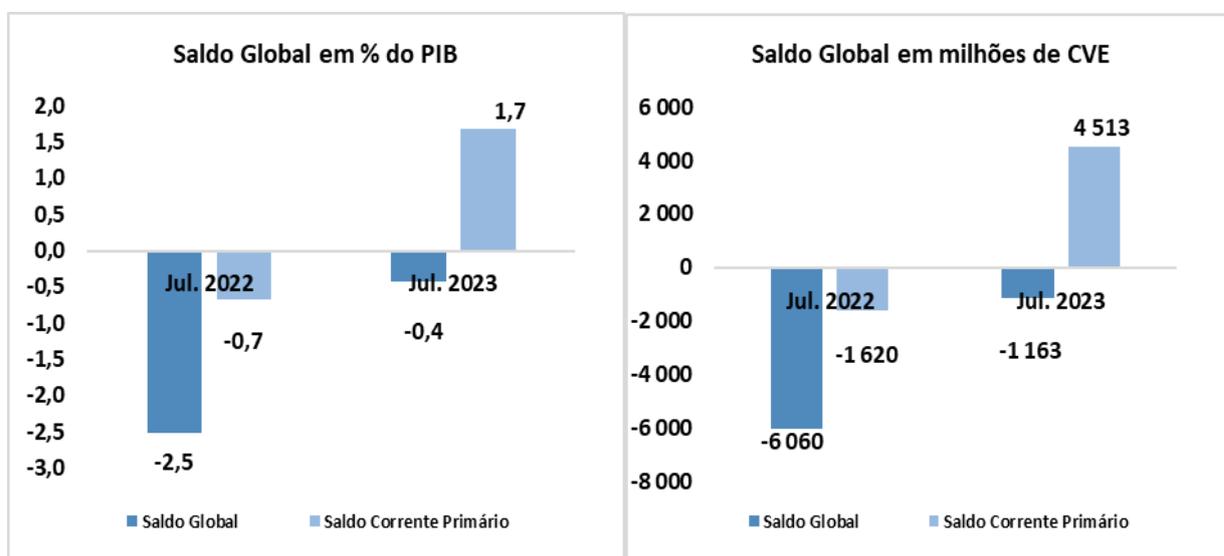
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	13
3.3.	Por Tipo de Financiamento	14
4.	Dívida Pública	15

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global provisório, em julho de 2023, foi negativo em 1.163,0 milhões de CVE, traduzindo-se num deficit de 0,4% do PIB¹. Esse resultado reflete uma melhoria de 2,1 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2022.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 2,4 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 1,7%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em julho de 2023, comparativamente ao mesmo período de 2022, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 22,8% (+6.337,7 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- do acréscimo das despesas totais em 2,7% (+862,3 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com aquisições de bens e serviços, juros correntes, subsídios e transferências;
- do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 40,6% (+578,1 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo do ano transato.

¹ A partir da conta de agosto de 2022, passou-se a considerar, para cálculo dos rácios, o *rebasings* do PIB, base 2015.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Jul	Orç. Inicial	Jul		
1. Total Receitas	58 196	27 852	64 238	34 189	53,2	22,8
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	54 215	27 250	58 230	32 834	56,4	20,5
Impostos	41 184	23 763	44 350	28 673	64,7	20,7
Segurança Social	71	40	71	44	61,5	10,5
Transferências (donativos)	3 982	601	6 009	1 355	22,6	125,3
Corrente	2 820	332	2 970	1 159	39,0	248,8
Capital	1 162	56	3 038	196	6,5	250,7
Outras Receitas	12 960	3 447	13 808	4 117	29,8	19,4
2. Total Despesas	62 112	32 487	66 108	33 349	50,4	2,7
Despesas com Pessoal	24 326	12 938	24 581	12 298	50,0	-4,9
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	5 168	14 765	5 637	38,2	9,1
Juros Correntes	5 541	3 103	5 877	3 693	62,8	19,0
Subsídios	1 008	950	2 022	1 697	84,0	78,7
Transferências	6 663	2 935	6 502	3 087	47,5	5,2
Corrente	6 097	2 753	5 899	2 912	49,4	5,8
Capital	566	181	604	175	29,0	-3,2
Benefícios Sociais	8 316	4 930	9 143	5 498	60,1	11,5
Outras despesas correntes	3 868	1 685	3 218	911	28,3	-46,0
Valor a regularizar	0	779	0	528	-	-32,2
3. Resultado Operacional Bruto	-3 916	-4 635	-1 869	840	-45,0	-118,1
4. Ativos não Financeiros	10 217	1 425	11 156	2 003	18,0	40,6
Compra ativos não financeiros	10 625	1 797	11 904	2 101	17,7	16,9
Venda ativos não financeiros	408	372	747	98	13,1	-73,6
5. Global Global (1-2-4)	-14 134	-6 060	-13 026	-1 163	8,9	-80,8
Saldo global (em percentagem do PIB)	-5,9	-2,5	-4,9	-0,4	-	-
Saldo Corrente Primario	1 029	-1 620	1 573	4 513	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,4	-0,7	0,6	1,7	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-8 592	-2 958	-7 149	2 530	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-3,6	-1,2	-2,7	0,9	-	-
6. Financiamento	14 134	6 825	13 026	559	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 363	1 646	1 955	2 324	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	120	24	194	52	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 513	-227	-1 851	-47	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 651	-951	-2 200	-1 366	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	681	2 800	3 685	3 685	-	-
6.2 Passivos Financeiros	18 497	5 178	11 071	1 920	-	-
Interno líquido	11 412	6 429	6 641	1 849	-	-
Sistema bancário	11 597	4 757	6 828	-311	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-74	-187	-54	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BC	0	118	0	111	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	0	-763	0	-1 029	-	-
Outras operações de tesouraria	0	-1 323	0	-284	-	-
Sistema não bancário	0	3 714	0	-269	-	-
Externo líquido	7 085	-1 251	4 430	72	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	16 089	3 029	15 013	5 672	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-9 005	-4 280	-10 606	-5 600	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	764	0	-604	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até julho de 2023 cifraram-se em 34.287,2 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 21,5%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Jul	Orç. Inicial	Jul		
Impostos	41 184	23 763	44 350	28 673	64,7	20,7
Imposto único sobre rendimentos	11 230	5 258	10 968	7 151	65,2	36,0
IR-PS	6 799	3 562	6 923	3 698	53,4	3,8
IR-PC	4 431	1 696	4 045	3 453	85,4	103,6
Outros impostos directos	649	301	165	420	254,5	39,5
Tributo Especial Unificado - TEU	617	301	132	420	317,7	39,6
Taxa de Incêndio	31	1	33	1	1,7	-1,2
Imposto sobre bens e serviços	20 129	12 299	23 037	14 822	64,3	20,5
Imposto sobre o valor acrescentado	15 826	9 455	17 939	11 609	64,7	22,8
IVA DGA	8 934	5 716	9 551	5 993	62,8	4,8
IVA DGCI	6 892	3 739	8 389	5 616	66,9	50,2
Imposto consumo especial	2 477	1 710	2 605	1 719	66,0	0,5
Taxa de Tabaco	323	192	470	205	43,5	6,5
Contribuição turística	475	405	946	736	77,8	81,8
Taxa ecológica	728	378	756	387	51,1	2,3
Taxa estatística aduaneira	300	159	320	167	52,3	5,5
Impostos sobre transações internacionais	8 407	5 452	9 351	5 789	61,9	6,2
Direitos de importação	8 067	5 225	8 991	5 536	61,6	6,0
Taxa comunitaria CEDEAO	340	227	360	252	70,0	11,2
Outros impostos	769	453	829	491	59,2	8,4
Imposto de selo	719	427	769	458,0	59,6	7,2
Imposto especial sobre jogos	50	25,6	60	33	54,1	27,7
Segurança Social	71	40	71	44	61,5	10,5
Contribuições para a segurança social	0	39	0	44	-	10,7
Outras Contribuições	0	0	1	0	59,9	6,9
Transferências	3 982	601	6 009	1 355	22,6	125,3
De Governos Estrangeiros	3 378	289	5 225	1 039	19,9	259,3
Ajuda Orçamental	825	0	849	110	13,0	-
Ajuda Alimentar	300	48	98	78	78,9	61,9
Donativos directos	2 253	241	4 278	851	19,9	252,9
De Organizações Internacionais	80	104	302	95	31,6	-8,6
Das Administrações Públicas	523	208	481	221	45,9	6,3
Outras Receitas	12 960	3 447	13 808	4 117	29,8	19,4
Rendimentos de propriedade	5 444	220	5 562	384	6,9	74,5
Venda de bens e serviços	5 957	2 940	6 716	3 249	48,4	10,5
Multas e outras penalidades	342	131	361	247	68,3	87,7
Outras transferências	337	65	391	110	28,1	67,6
Outras receitas diversas e não especificadas	880	90	778	129	16,5	42,5
Receitas	58 196	27 852	64 238	34 189	53,2	22,8
Ativos e Passivos	408	372	747	98	13,1	-73,6
Ativos não Financeiros	408	372	747	98	13,1	-73,6
TOTAL RECEITAS	58 604	28 224	64 986	34 287	52,8	21,5

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até julho de 2023, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 34.189,1 milhões de CVE, registando um acréscimo de 22,8%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+36,2%), dos impostos indiretos (+15,9%), segurança social (+10,5%), outras receitas (+19,4%) e das transferências (+125,3%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 36,2% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 3.698,0 milhões de CVE, registando uma ligeira evolução positiva, em termos homólogos, de 136,3 milhões de CVE (+3,8%), resultante da evolução positiva das categorias A, B, C e E, em 8,1%, 4,8%, 5,9% e 8,9%, respetivamente. Comparativamente à previsão, verificou-se que, à exceção da categoria A, as demais categorias não atingiram os montantes previstos para o período, tendo o IRPS registado uma cobrança abaixo do previsto (187,4 milhões de CVE; 4,8%).
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 3.453,0 milhões de CVE, dos quais, 2.147,0 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 1.306,1 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no mesmo período do ano anterior, em 1.756,6 milhões de CVE (+103,6%). A performance de arrecadação resulta do aumento exponencial da cobrança tanto em sede do imposto sobre lucro, como em sede do fracionado de março. De ressaltar, no entanto, que não obstante o aumento exponencial da cobrança, no respeitante ao IRPC devido do mês de maio, a cobrança ficou abaixo do declarado, uma vez que o montante a pagar constante nos Modelos 1B entregues, ascendeu a cifra dos 2.348,3 milhões de CVE, ficando ainda por cobrar o montante de 567,7 milhões de CVE, dos quais 503,0 milhões de CVE estão sendo pagos em prestações, com vencimento até final do ano.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 419,6 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 118,9 milhões de CVE (+39,6%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo

dinamismo da atividade económica e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 38,4 milhões de CVE.

- A cobrança da Taxa de Incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de junho com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 15,9% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 11.609,2 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 2.153,8 milhões de CVE (+22,8%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 4,8% (+276,9 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 50,2% (+1.877,0 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente, nos setores de alojamento e restauração (+1.226,4 milhões de CVE), do comércio por grosso e a retalho (+172,1 milhões de CVE) e das indústrias criativas (+115,9 milhões de CVE). Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 11,9 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.741 em 2022 para 1.969 em 2023.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 736,0 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 331,1 milhões de CVE, tendo superado a média de cobrança registada em 2019 (83 milhões de CVE), representando um aumento face ao montante cobrado no mesmo período de 2022 (+81,8%), o que reflete o aumento substancial da procura turística.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 6,2% (+336,7 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2022, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 6,0% (+311,2 milhões de CV), justificado pelo aumento do valor da importação, e também verificou-se um aumento na arrecadação da Taxa Comunitária CEDEAO de 11,2% (+25,4 milhões de CVE).

- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto totalizou o montante de 458,0 milhões de CVE, dos quais 278,9 milhões de CVE provenientes das operações financeiras e 179,1 milhões de CVE dos atos jurídicos documentados, registando um acréscimo de 30,9 milhões de CVE (+7,2%) face ao período homólogo anterior e de 22,9 milhões de CVE (+5,3%) quando comparado com a cobrança prevista para o período.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 32,7 milhões de CVE, registando um acréscimo de 27,7% face ao período homólogo, ficando abaixo da previsão em 13,7%.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 204,6 milhões de CVE correspondente a um aumento de 6,5% (+12,5 milhões de CVE) quando comparado ao período homólogo, em face ao agravamento de taxas.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 167,4 milhões de CVE correspondente a um incremento 5,5 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 1.355,0 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 125,3% (+753,6 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2022. Esta performance decorre do acréscimo das transferências de governos estrangeiros em +749,6 milhões de CVE, justificado pela entrada da ajuda orçamental do Luxemburgo, ajuda alimentar e donativos diretos, pela diminuição das transferências de organizações internacionais em -9,0 milhões de CVE, bem como nas transferências às administrações públicas em +13,0 milhões de CVE.

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 19,4% (+670,2 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rúbricas:

- Venda de bens e serviços (+10,5%; +308,5 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de passaportes, de segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos e custas judiciais; dos registos e notariado, dos emolumentos pessoais dos Serviços aduaneiros e guarda-fiscal;

- Multas e outras penalidades (+87,7%; +115,2 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora.
- Outras receitas diversas e não especificadas (+42,5%, +38,3 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas de totoloto e de outras receitas não especificadas.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em julho de 2023, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 73,6% (-274,0 milhões de CVE) comparativamente a julho de 2022, em face as vendas pontuais registadas no ano passado.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em julho de 2023, atingiram os 35.450,4 milhões de CVE, registando um acréscimo de 3,4% em relação ao período homólogo de 2022.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Econó	2022		2023				Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Jul	Orç. Inicial	Orç. Reprog	Jul			
Despesas com Pessoal	24 326	12 938	24 581	24 708	12 298	50,0	-4,9	
Remuneração Certas e Permanentes	22 206	11 687	22 414	22 526	11 543	51,5	-1,2	
Segurança Social	2 120	1 251	2 167	2 182	755	34,8	-39,7	
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	5 168	14 765	16 178	5 637	38,2	9,1	
Juros Correntes	5 541	3 103	5 877	5 877	3 693	62,8	19,0	
Dívida interna	3 413	1 916	2 315	3 486	1 966	84,9	2,6	
Dívida externa	2 052	1 161	3 486	2 315	1 686	48,4	45,1	
Outros encargos	76	25	77	77	41	53,5	62,8	
Subsídios	1 008	950	2 022	2 459	1 697	84,0	78,7	
Transferências Correntes	6 663	2 935	6 502	6 603	3 087	47,5	5,2	
Governos Estrangeiros	504	76	598	580	115	19,2	51,1	
Organismos Internacionais	472	12	474	461	19	4,0	57,0	
Administração Pública	5 687	2 847	5 431	5 562	2 954	54,4	3,8	
Benefícios Sociais	8 316	4 930	9 143	9 379	5 498	60,1	11,5	
Outras Despesas Correntes	3 868	1 685	3 218	3 064	911	28,3	-46,0	
Valor a regularizar	0	779	0	0	528	0,0	-32,2	
Despesas	62 112	32 487	66 108	68 268	33 349	50,4	2,7	
Ativos e Passivos	10 625	1 797	11 904	12 268	2 101	17,7	16,9	
Ativos não Financeiros	10 625	1 797	11 904	12 268	2 101	17,7	16,9	
TOTAL DESPESAS	72 737	34 284	78 012	80 536	35 450	45,4	3,4	

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF

3.2. Despesas

A 31 de julho de 2023, as despesas executadas totalizaram o montante de 33.349,1 milhões de CVE, registando um acréscimo de 2,7% em relação ao executado em 2022. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, Aquisição de bens e serviços (+9,1%), Subsídios (+78,7%), Juros correntes (+19,0%), Transferências (+5,2%), Benefícios Sociais (+11,5%) e conjugado com a diminuição Despesa com o pessoal (-4,9%) de Outras Despesas (-46,0%), conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um decréscimo na ordem dos 4,9% (-640,0 milhões de CVE), decorrente de despesas:
 - i. Contribuição para Segurança Social (-499,2 milhões de CVE), justificado pelo atraso no processamento de pagamento das contribuições, na decorrência da implementação do novo sistema de envio da FOS (Folha Ordenado e Salário);
 - ii. Pessoal do quadro (-171,2 milhões de CVE), derivado (i) da mudança de regime do pessoal do quadro para aposentação; (ii) da demora na tramitação dos processos de concursos públicos; e (iii) da progressão e promoção de funcionários de DNRE, que ocorreram em 2022, conforme o B.O nº 16 de II série de 2 de fevereiro 2022.

- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 9,1% (+469,5 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. “Assistência Técnica - Residentes” (+493,9 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” derivado do contrato celebrado entre Ministério da Administração Interna e a ZETES para fornecimento de bens e serviços; execução do projeto “Preparação e resposta a Covid-19” no âmbito do contrato de aquisição de 5000 kits teste SARS- COV -2;
 - ii. “Deslocação e Estadas” (+98,1 milhões de CVE) com destaque à Presidência da República, no Gabinete do Primeiro Ministro, na Assembleia Nacional, no Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto e nos

ministérios da Agricultura e Ambiente, da Saúde, da Educação, das Finanças e do Fomento Empresarial e do Turismo e Transportes;

- iii. “Assistência Técnica – Não Residentes” (+94,8 milhões de CVE) no âmbito de prestações de serviços ao sector da Justiça (SNIAC) referente a produção personalizada e envio de CNI (Cartão Nacional de Identificação), PRC (Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano) e TRE (Título de Residência Estrangeiro)”; e de protocolos de cooperação para manutenção de uma equipa técnica cubana para prestação de serviços no sector de Saúde;
 - iv. “Honorários” (+73,2 milhões de CVE), com destaque aos setores das Finanças e do Fomento Empresarial, da Educação, da Saúde, da Agricultura e Ambiente, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, da Cultura e das Indústrias Criativas e da Administração Interna;
 - v. “Conservação e Reparação de Bens” (+13,7 milhões de CVE) no âmbito de contrato para execução de trabalhos complementares “empreitada de remodelação do edifício Galerias – Lote 1 e do contrato no âmbito da manutenção dos navios Ilhéus dos Pássaros e da Ponta Nhô Martinho;
 - vi. “Comissões e Serviços Financeiros” (+14,5 milhões de CVE) no âmbito de pagamento de comissões bancárias pagas às diversas instituições financeiras relativas ao ano transato;
 - vii. “Energia Elétrica” (+37,2 milhões de CVE) referente a regularização de pagamento de consumo de energia.
- A despesa com os juros registou um acréscimo de 19,0% (+590,3 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2022, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 45,1% (+524,1 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2022. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.
 - Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 78,7% (+747,5 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2022. Derivado dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a

resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e do pagamento da indemnização compensatória pelas imposições de serviço público de transporte marítimo inter-ilhas;

- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 11,5% (+567,3 milhões de CVE), justificado essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 8,8% (+273,0 milhões de CVE), pensões do regime não contributivo em 9,8% (+108,8 milhões de CVE), pensões de sobrevivência em 15,9% (+31,6 milhões de CVE) bem como a rubrica outros benefícios sociais em numerário em 34,6% (+90,5 milhões de CVE);
- As “Transferências Correntes” tiveram um agravamento de 5,2% (+153,0 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica:
 - i. Outras transferências correntes em +69,0% (+46,8 milhões de CVE), no âmbito do financiamento de receitas consignadas do Fundo Nacional do Ambiente, para aquisição e instalação de dessalinizadora para Santiago e Boavista;
 - ii. Municípios corrente em 10,1% (+204,0 milhões de CVE), justificado pelo projeto “Reforço do sistema alimentar das famílias em situação aguda de insegurança alimentar e nutricional”, decorrente dos contratos programas financiados pelo Fundo Desenvolvimento do Turismo, “Programa de emergência para mitigação da seca – criação de emprego” e “Implementação de rendimento social e inclusão”.
- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um decréscimo de 46,0% (-774,5 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2022, justificado pelo atraso na publicação das listas dos beneficiários das bolsas de estudo e outros benefícios educacionais, bem como a diminuição da rubrica Organizações não Governamentais em 470,1 milhões de CVE (no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, maio 2021 e outubro 2021 respetivamente).

O valor da despesa por regularizar, em julho situou-se na ordem dos 528,1 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Missões Diplomáticas e Postos Consulares e à Comissão Nacional de Eleições, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 2.101,4 milhões de CVE, registando uma variação positiva em termos absolutos, de 304,1 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2022.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Terminal de Cruzeiros” com uma execução de 525,4 milhões de CVE, “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” com uma execução de 450,0 milhões de CVE, “Aquisição de Bens e Serviços” com uma execução de 152,3 milhões de CVE, “Construção da Nova Escola da Várzea” com uma execução de 119,0 milhões de CVE, “Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia em CV em 6 Ilhas” com uma execução de 96,4 milhões de CVE, “Programa de Regeneração do Habitat” com uma execução de 90,4 milhões de CVE, “Ampliação do Centro de Saúde de Boa Vista” com uma execução de 48,9 milhões de CVE, “Modernização da DNRE” com uma execução de 33,0 milhões de CVE, “Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da Ilha de Santo Antão” com uma execução de 28,1 milhões de CVE, “Funcionamento - Hospital Central Agostinho Neto” com uma execução de 26,9 milhões de CVE, “Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago” com uma execução de 25,6 milhões de CVE, “DGASP - Implementação de Políticas e Promoção do Desenvolvimento Rural” com uma execução de 23,1 milhões de CVE, “Eletrificação Rural Santiago” com uma execução de 22,3 milhões de CVE, “Centro de Artesanato de S. Vicente” com uma execução de 22,0 milhões de CVE, “Resiliência do Setor Agrário com as Mudanças Climáticas em CV” com uma execução de 21,7 milhões de CVE, “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” com uma execução de 21,0 milhões de CVE, “Funcionamento - Assembleia Nacional” com uma execução de 19,5 milhões de CVE “FAP - Serviço de Desenvolvimento do Sector das Pescas” com uma execução de 19,4 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 93,3% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 6,7% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 764,6 milhões de CVE, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 199,2 milhões de CVE, o P.N.U.D. com 74,7 milhões de CVE, o Portugal com 62,3 milhões de CVE, o “*GLOBAL ENVIRONMENT FUND*” com 51,6 milhões de CVE, União Europeia com 48,7 milhões, a F.A.O. com 42,1 milhões de CVE, Nações Unidas com 36,4 milhões de CVE, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional com 34,8 milhões de CVE, a Nama *Facility-Giz* com 27,4 milhões de CVE, as a F.I.D.A. com 24,5 milhões de CVE e a O.M.S. com 19,8 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam, a 1.569,4 milhões de CVE, equivalente a 66,0% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 14 programas, com destaque ao “Infraestruturas Modernas e Seguras” (525,4 milhões de CVE), “Cabo Verde Plataforma Marítima” (181,9 milhões de CVE), Modernização do Estado e da Administração Pública (125,3 milhões de CVE), “Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética” (123,2 milhões de CVE), “Transformação da Agricultura” (118,6 milhões de CVE), “Programa Sistema De Informação Para O Desenvolvimento Sustentável” (102,3 milhões de CVE), “Proteção Social” (89,7 milhões de CVE), “Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação” (71,3 milhões de CVE), “Desenvolvimento Integrado de Saúde” (52,2 milhões de CVE), “Desenvolvimento do Capital Humano” (50,4 milhões de CVE); “Programa Cabo Verde Plataforma do Turismo” (49,6 milhões de CVE), “Água e Saneamento” (40,2 milhões de CVE), “Desenvolvimento Empresarial” (34,6 milhões de CVE) e “Habitação, Desenvolvimento Urbano E Gestão Do Território” (4,7 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Julho	Grau Exec.	Peso %
Interno	65 397	33 073	50,6	93,3
Tesouro (Rec. Int.)	64 490	32 787	50,8	99,1
OFN	907	285	31,5	0,9
Externo	12 615	2 378	18,8	6,7
Donativo	4 692	765	16,3	32,2
Empréstimo	7 834	1 569	20,0	66,0
Ajuda alimentar	88	44	49,5	1,8
Total da Despesa	78 012	35 450	45,4	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 31 de julho de 2023, o stock da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos de Rendimentos de Mobilização de Capital), atingiu o montante de 292.207,9 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 90.843,9 milhões de CVE (34,0% do PIB) e à dívida externa 201.364,0 milhões de CVE (75,4% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB² atingiu os 109,4%, cerca de 13,4 p.p. abaixo do registado em julho de 2022.

Quadro 5 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	julho 22	julho 23	Var. Hom	% PIB/22	% PIB/23
Estoque Global	296 599,9	292 207,9	-1,5	122,8	109,4
Dívida Interna	92 399,8	90 843,9	-1,7	38,3	34,0
Dívida Externa	204 200,1	201 364,0	-1,4	84,6	75,4

Fonte: MFFE - DGT

² Considerou-se o *rebasing* do PIB.